

## **Ata da 21ª Reunião Ordinária conjunta da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/SP e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETP/SP**

Realizada em 13-07-18 na sede da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Compareceram pela COETRAE os membros representantes da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – SJDC, Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho – SERT, Secretaria do Desenvolvimento Social – SEDS, Secretaria do Meio Ambiente – SMA, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria da Educação – SEE, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – TRT2, e Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região – PRT15. Como convidados, os representantes do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante – CAMI, Associação Brasileira do Varejo Têxtil – ABVTEX, Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB, SINTHORESP, Presença América Latina – PAL, ASBRAD e Associação Mulheres pela Paz, e Repórter Brasil.

Pelo CETP, compareceram os membros da SJDC, SERT, SEDS, Secretaria da Habitação – SEHAB, SEFAZ, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, TRT2, PRT15, e como convidados os representantes do CAMI, SOS Dignidade, PAL, ASBRAD e Associação Mulheres pela Paz.

Justificadas as ausências da Secretaria de Segurança Pública – SSP, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA, Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região – PRT2, Missão Paz, Aliança Empreendedora.

Constavam do Expediente Preliminar: **1.** Aprovação da Ata da 20ª Reunião Conjunta, **2.** III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Lançado em Brasília em 05/06/18, **3.** Programação da Semana Nacional de Mobilização contra o Tráfico de Pessoas “Coração Azul”, **4.** Andamento do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, **5.** Assuntos Gerais.

A reunião se iniciou com uma rodada de apresentações.

**1.** Ata APROVADA;

**2.** A responsável pelo NETP/SP e coordenadora desta Comissão contou sobre o evento de lançamento do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Brasília e expôs sua opinião sobre o III Plano. Os representantes do CAMI afirmaram que a construção do III Plano foi democrática, houve espaço para profundas discussões entre os atores da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas e organizações da sociedade civil. Porém, colocam sua indignação com o Plano apresentado em Brasília, posto que consideram que o resultado final desconsiderou todo o trabalho realizado. *“Foram 2 dias de atividades intensas, exaustivas, e este Plano não reflete todo o trabalho discutido!” (sic).* A coordenadora da COETRAE/CETP coloca sua preocupação com as ações propostas pelo Governo Federal no III Plano, pois são ações que demandam investimento e não há qualquer especificação sobre de onde virão os recursos financeiros. Comenta sobre reunião realizada com outros NETP do Brasil para discutir a criação de um Fundo para a COETRAE/CETP. Na reunião houve uma troca de experiências com Mato Grosso e Bahia. No caso do Mato Grosso, os valores arrecadados através de TAC’s foram destinados pelo governo local para fins diversos aos objetivos do Fundo. Já no caso do caso da Bahia isto não ocorreu, pois o “Fundo 240” foi criado especificamente para a COETRAE, sendo

gerenciado por uma comissão destacada da própria COETRAE/BA. Estes fundos são criados com o objetivo de custear e possibilitar ações no combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas. A representante da Repórter Brasil acompanhou o caso e complementa com mais informações sobre o ocorrido com o Fundo do Mato Grosso. O representante da PRT15 questiona se o MPT e MT estão a par deste fato e quais providências já foram tomadas. A representante da Repórter Brasil informa que eles estão cientes e acompanhando o caso.

3. a responsável pelo NETP/SP convida os membros para participarem da ação que acontecerá no dia 30-07-18, em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas, data que abre a “Semana do Coração Azul”, uma agenda da UNODC. O evento será externo, aberto ao público, no Pátio do Colégio, das 9h às 12h. Na ocasião, Organizações da Sociedade Civil que atendem vítimas do crime de tráfico de pessoas e resgatados de trabalho análogo ao escravo, distribuirão materiais sobre o tema e estarão à disposição para atender a população e divulgar suas organizações. Algumas autoridades convidadas e sindicatos falarão brevemente sobre a importância da luta contra o tráfico de pessoas, da prevenção, repressão, responsabilização dos criminosos até o digno atendimento às vítimas, demonstrando seu apoio à Campanha do Coração Azul. Entre os participantes da reunião, os interessados em participar de forma ativa no evento são:

- TRT2: contribuição com ideias de atividades, possível estande da AMATRA-2, publicação sobre o tema através da Assessoria de Imprensa do TRT2, que fará a cobertura do evento;
- Repórter Brasil: material gráfico (panfletos, cartilhas, folders);
- ASBRAD: material gráfico e pessoas para atendimento;
- PRT15: presença e possivelmente material gráfico;
- CAMI: estande para atendimento, material gráfico, imigrantes convidados e grupo de músicos “Sou da Paz”;
- CRB e Rede Um Grito pela Vida: material gráfico;
- SERT: divulgação para os membros da Comissão Estadual do Trabalho Decente;

4. a coordenadora da COETRAE/CETP informa que o Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo retornou da Assessoria Técnica da Casa Civil com alguns apontamentos e deverá ser revisto pela Comissão. Para que o Plano possa ser aprovado, uma das exigências é que conste no processo um documento com o aval de cada um dos envolvidos no Plano e responsáveis pelas ações. O Secretário de cada Pasta deverá analisar as ações pertinentes àquela Pasta e informar oficialmente sobre a viabilidade da realização das ações propostas. O representante do CAMI propõe que seja encaminhado um documento para cada organização envolvida com prazo para resposta. O representante do TRT2 afirma que é o momento de formar uma Comissão para expedir os ofícios para cada organização responsável, especificando possíveis alterações e o impacto das ações para cada organização. A representante da Repórter Brasil questiona sobre trâmites e burocracias no processo de aprovação do Plano. Coloca que, na teoria, os membros da COETRAE que participaram da construção do Plano já tiveram a anuência de suas respectivas Secretarias. Se preocupa com a possibilidade de que os secretários atuais, que darão o aval para as ações do Plano, mudem no próximo ano, e os trâmites precisem ser refeitos. Diante do período de mudanças políticas, troca de secretários de Estado, o representante da PRT15 reforça que, para o Plano se concretizar, ele deve ser adotado

como política de Governo, assumido pelo Governador como compromisso. O representante do TJSP reforça a necessidade de dar celeridade a este processo, colocando um prazo máximo de 30 dias para resposta de todos os responsáveis. Sugere que, enquanto as secretarias recebem os ofícios, o Governador seja contatado e os argumentos para a aprovação do Plano reforçados. Na redação do ofício, contar resumidamente os trâmites já passados e sensibilizar cada secretário sobre a importância da questão tratada. O representante da PRT15 recomenda que os ofícios sejam encaminhados pela própria COETRAE. Além da reunião com o Governador, propõe que cada membro marque uma reunião com o Secretário de sua respectiva Pasta. A representante do CAMI sugere que caso algum secretário demore no retorno, uma reunião com o chefe de gabinete seja solicitada, e nesta reunião participariam o membro representante da Pasta e um representante da sociedade civil na COETRAE.

A comissão para expedição dos ofícios será composta por: TRT2, PRT15, TJSP, SEFAZ, Repórter Brasil e SJDC.

A SJDC fica responsável por encaminhar por e-mail aos membros:

- versão final da Minuta do Plano;
- as manifestações mais recentes de cada secretaria;
- a última manifestação da Assessoria Técnica da Casa Civil.

A representante da SEE solicita que seja encaminhada a Minuta do Plano por e-mail e agendada uma reunião com o novo Secretário da Educação. Afirma que neste momento estão trabalhando intensamente com a desenvolvimento de material escolar para crianças imigrantes, e que a capacitação dos professores para lidar com imigrantes é premente.

A coordenadora da COETRAE sugere que para as próximas reuniões a pauta seja invertida, contemplando sugestões dos membros e não somente proposta pelo NETP. Propõe que na próxima reunião, em 10/08 às 9h, a ASBRAD e o CAMI compartilhem suas experiências no âmbito do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas. Acredita que a troca de experiências fortaleça a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas e de combate ao trabalho análogo ao escravo.

O representante da SEFAZ sugere que os casos de empresas investigadas por uso de mão de obra análoga à de escravo, por exemplo M.Officer, Pernambucanas e Zara, sejam assunto de pauta de reunião. Discussão que contemple a Lei Bezerra. A representante do CAMI discute que a destinação de verba das TAC's deveria ser para as ONG's que atuam na ponta, diretamente com as vítimas e comunidades. O representante da PRT15 solicita que a COETRAE redija um documento para levar ao CONAETE e sensibilizar os procuradores nesta questão. Questiona se existe um fluxo de atendimento para casos de Trabalho Escravo, sendo respondido pela representante da PAL que afirma que existe e que foi criação da COETRAE nos inícios dos trabalhos em 2011.

**5.** Em assuntos gerais, Amadeu, imigrante boliviano presidente da Associação Cultural Folclórica Bolívia-Brasil, na reunião à convite do CAMI, se apresenta e convida os membros para evento no Memorial da América Latina em 11 e 12-08-18. O evento iniciará às 10h e contará com atividades culturais e com apresentações de 18 grupos folclóricos.